

30 SET 1987

Desfecho positivo

CORREIO BRAZILIENSE

As conversações mantidas em Washington pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, parecem convergir para um final satisfatório do ponto de vista da economia brasileira. As propostas levadas pelo representante do Governo brasileiro já mereceram acolhida preliminar da parte de credores e o aval e a simpatia de autoridades financeiras de organismos internacionais. As novas rodadas de negociações mostram significativa flexibilidade da parte de bancos credores o que, aliás, é demonstrado também pelo Brasil.

A posição brasileira a respeito da renegociação da dívida externa geralmente é matéria não muito compreendida aqui dentro do País, quanto mais no exterior. Ao contrário do que pensam alguns extremados ou extremistas, nenhum governo, em sã consciência, pretendeu jamais dar um calote no sistema financeiro internacional, decretando a moratória unilateral de todo o débito exterior brasileiro. O Governo da Nova República, formado a partir de correntes poderosas do PMDB na questão do endurecimento com os credores, tampouco se aventurou nessa linha.

A própria suspensão do pagamento dos juros da dívida, no início deste ano, nunca foi apresentada pelo Brasil — nem foi vista pelos credores — como uma moratória, mas como atitude temporária, ditada pela necessidade, pois o País não podia mais sacrificar o último dólar de suas magras reservas externas para amortizar juros da dívida. O presidente Sarney, ao anunciar à Na-

ção e aos credores a sua decisão, deixou claro que o Brasil continuaria a saldar seus compromissos, tão logo a situação financeira nacional o permitisse.

Ao retornar agora a Washington, para uma nova rodada de negociações, o ministro da Fazenda levou consigo não só aval político do PMDB, como a plena confiança do Presidente da República e, acima de tudo, um conjunto de proposições que certamente implicará algumas concessões por parte do Governo brasileiro. O reinício do pagamento parcial dos juros da dívida é uma dessas concessões, até porque faz parte integrante da proposta de Bresser Pereira que o Brasil pague esses juros em 1987, embora não na quantidade esperada pelos credores internacionais.

É certo que na negociação da dívida externa os credores não põem seus olhos apenas sobre as propostas escritas ou tampouco se fiam exclusivamente nas palavras das autoridades brasileiras, por mais confiáveis que possam ser. A verdade é que tal negociação é de natureza econômica e financeira, e qualquer credor, por menor que seja, vê atrás do Governo de Brasília a existência do próprio Brasil, com seu dinamismo econômico, suas oportunidades de investimento, seu crescimento, seus recursos naturais, enfim, sua imensa potencialidade. E convém não esquecer a tradição brasileira de pagamentos de seus compromissos, ainda que dificuldades circunstanciais de caixa tenham obrigado à suspensão temporária do pagamento dos juros

no primeiro semestre deste ano.

Aliás, o próprio ministro da Fazenda encarregou-se de mostrar ao comitê de assessoramento dos bancos credores a mais atualizada versão do Plano de Controle Macroeconômico, onde, por exemplo, espera-se a elevação de 8,6 bilhões para 9,7 bilhões do **superavit** da balança comercial brasileira este ano. Com igual sinceridade, o Ministro admite perante os credores a queda das reservas internacionais do País e o ingresso de novos capitais de investimentos em ritmo menor do que o anteriormente esperado pelo Plano Bresser.

Se as negociações mantidas até agora com os círculos financeiros internacionais autorizam algum otimismo para o desfecho da nova missão ministerial em Washington, nem por isso pode-se visualizar qualquer melhoria automática da situação econômica nacional a curto prazo. A versão entregue aos credores pelo ministro Bresser Pereira mostra claramente que os investimentos vão cair, inclusive do Banco Mundial e BID, o **superavit** comercial tenderá a declinar até estabilizar-se em torno de oitocentos milhões de dólares e novas medidas de austeridade terão de ser adotadas pelo Governo nas contas públicas, até mesmo com a possibilidade de reforma tributária que eleve a carga fiscal sobre pessoas físicas e jurídicas.

Com tudo isso, é realista esperar-se um desfecho positivo das negociações da dívida externa atualmente em curso em Washington.